

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS**  
**ECONÔMICAS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**HENRIQUE PEREIRA SANTANA SOBRINHO**

**IMPACTO NA EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS DAS EMPRESAS EM**  
**FUNÇÃO DA SAÍDA DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**

**GOIÂNIA**

**2015**

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral  
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto  
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Júlio Orestes da Silva  
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

**HENRIQUE PEREIRA SANTANA SOBRINHO**

**IMPACTO NA EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS DAS EMPRESAS EM  
FUNÇÃO DA SAÍDA DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**

Trabalho apresentado como parte da avaliação da disciplina TCC II, do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás.

**Orientador: Prof. Dr. Júlio Orestes da Silva**

**GOIÂNIA**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada  
automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pereira Santana Sobrinho, Henrique  
Impacto Na Evidenciação Dos Custos Ambientais Das Empresas Em  
Função Da Saída Do Índice De Sustentabilidade Empresarial  
[manuscrito] / Henrique Pereira Santana Sobrinho. - 2015.  
f.

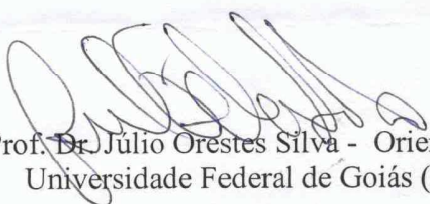
Orientador: Prof. Julio Orestes da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal  
de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e  
Ciências Econômicas (FACE) , Ciências Contábeis, Goiânia, 2015.

1. Custos ambientais. 2. Índice de Sustentabilidade Empresarial. 3.  
evidenciação de custos ambientais. I. Orestes da Silva, Julio, orient. II.  
Título.

HENRIQUE PEREIRA SANTANA SOBRINHO

IMPACTO NA EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS DAS EMPRESAS EM  
FUNÇÃO DA SAÍDA DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

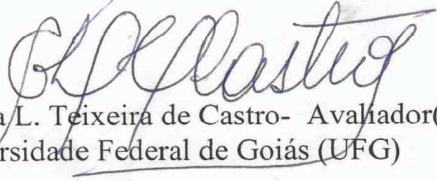
Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Julio Orestes Silva - Orientador(a)  
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro - Avaliador(a)  
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Glória L. Teixeira de Castro - Avaliador(a)  
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 25 de junho de 2015.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus, pois só através Dele foi possível chegar onde estou e que permitiu que todas as pessoas, situações e emoções me conduzissem para este momento. Agradeço aos meu pais Helliton e Simone e ao meu irmão Hermano pelo amor incondicional, apoio, suporte, compreensão e dedicação que sempre tiveram comigo.

Agradeço também aos Contadores Fábio Pereira e Saara Ribeiro, pessoas que tenho como expoentes na minha profissão e que me fizeram apaixonar pela profissão que escolhi, aprendi lições com vocês que carregarei por toda a vida.

Aos amigos, Thiago Oliveira, Danilo Raya, Felipe Raya, Guilherme Aquino, Theilor Alencar, Luís Filipe que são exemplo de pessoas que sempre torcem por minhas vitórias e muitas das vezes contribuindo para que eu alcance meus objetivos.

Aos professores, Alex Mussoi, Ednei Moraes, Elmo Duarte e Lúcio Machado pela dedicação e responsabilidade em repassar o conhecimento e compartilhar experiências. Ao orientador Prof. Dr. Júlio Orestes da Silva, que não mediu esforços em ensinar desde a primeira orientação a como construir um trabalho e a não desistir dos seus orientandos.

E finalmente aos tantos colegas de classe, que sempre compartilham experiências e conhecimento adquirido ao longo da jornada acadêmica.

## RESUMO

É notória a preocupação com questões ambientais em todas as esferas da sociedade, seja por parte do cidadão, do governo e até das empresas frente ao agravamento dos problemas ambientais. Por esse motivo nota-se nas empresas o aumento dos gastos com recuperação, preservação e manutenção do meio ambiente haja visto que são as empresas os maiores causadores dos problemas ambientais. Criado em 2005 o Índice de Sustentabilidade Empresarial mantém em sua carteira empresas preocupadas com questões socioambientais, espera-se dessas empresas maior divulgação dos custos ambientais. Esta pesquisa teve por objetivo identificar se existe algum impacto na evidenciação dos custos referentes ao meio ambiente das empresas que deixam de fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial de acordo com a categorização de Rover, Borba e Borgert (2008) adaptada por Silva et.al (2011). A pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem quantitativa dos dados, feita através de pesquisa documental, aplicando análise de conteúdo. Fizeram parte da amostra 17 empresas que foram excluídas do ISE entre 2006 e 2014. Os resultados apontam que existe pouca evidenciação dos custos com meio ambiente foram identificadas apenas 28 observações enquanto faziam parte do ISE e 27 observações após saída, esses números representam apenas 9% do total possível de evidenciação de custos ambientais. Conclui-se, que a saída do ISE não impacta no nível de evidenciação dos custos ambientais que já são baixos, pelo fato da divulgação ser predominantemente voluntária.

**Palavras-Chave:** Custos ambientais, Índice de Sustentabilidade Empresarial, evidenciação de custos ambientais.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Empresas excluídas ISE de 2005 até 2014.....	14
Quadro 2: Estratégias de análise da evidenciação ambiental .....	15
Quadro 3: Empresas por segmento .....	16
Quadro 4: Custos dos impactos ambientais evidenciadas pelas empresas excluídas do ISE .....	16
Quadro 5: Custos de conservação em P&D evidenciadas pelas empresas excluídas do ISE .....	17
Quadro 6: Custos ambientais em atividades sociais.....	18
Quadro 7: Custos de danos ambientais evidenciadas pelas empresas que saíram do ISE .....	19
Quadro 8: Categorias verificadas das empresas enquanto faziam parte do ISE.....	20
Quadro 9: Categorias verificadas das empresas após saída do ISE.....	21
Quadro 10: Empresas que evidenciaram custos ambientais.....	22

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.3	OBJETIVO DA PESQUISA.....	11
1.4	JUSTIFICATIVA.....	11
1.5	ESTRUTURA DA PESQUISA.....	11
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
2.1	CUSTOS AMBIENTAIS.....	12
2.2	EVIDENCIAÇÕES DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS .....	13
2.3	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) .....	14
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	15
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	15
3.2	AMOSTRA .....	15
3.3	COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	16
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	17
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A AMOSTRA .....	17
4.2	EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS PARA CONTROLAR OCORRÊNCIA DE IMPACTOS AMBIENTAIS.....	18
4.3	EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS DE CONSERVAÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.....	19
4.4	EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS EM ATIVIDADES SOCIAIS .....	20
4.5	EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS CORRESPONDENTES A DANOS AMBIENTAIS ...	21
4.6	SÍNTESE DAS CATEGORIAS ANALISADAS .....	22
4.7	EMPRESAS QUE EVIDENCIARAM CUSTOS AMBIENTAIS .....	24
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	25
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	27

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos é notória a preocupação com as questões ambientais frente ao agravamento dos problemas ambientais, tanto por parte do governo, quanto sociedade e empresas (RIBEIRO, 2009). Nota-se a preocupação do governo com normas impostas às empresas para recuperar e preservar o meio ambiente, a sociedade buscando hábitos mais sustentáveis (CORRÊA et al., 2013) e as empresas que são os principais causadores de problemas ambientais, algumas vezes de maneira voluntária outras compulsórias se engajam na evidenciação dos seus gastos com o meio ambiente. Ribeiro (2009) destaca ainda que as empresas são os principais alvos de exigências ambientalistas, já que são elas as grandes responsáveis pelo uso dos recursos naturais.

As questões ambientais além de serem exigências do governo e sociedade sobre as empresas se transformam em estratégias de mercado, pois segundo Rover, Borba e Borgert (2008) os impactos causados pelas empresas ao meio ambiente refletem no seu mercado de atuação e na imagem da organização perante a opinião pública, diante disso, a preocupação das empresas em divulgar de forma voluntária informações ambientais se intensificaram.

De acordo com Paiva (2003, p .45), todo gasto e provisão feito com meio ambiente deve ser evidenciado, assim como todo risco para a continuidade da empresa, para a natureza e para o acionista. Frente a necessidade de colocar em evidencia empresas que se preocupam com sustentabilidade, a Bolsa de Valores, Mercados e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), em 2005, criou o índice de sustentabilidade empresarial (ISE), uma carteira teórica composta por até quarenta empresas, que se preocupam com questões socioambientais e que a cada ano se renova mantendo sempre as empresas que mais se destacam em questões socioambientais. (BM&FBOVESPA, 2014).

Segundo De Souza et. al. (2010) os investidores buscam empresas do ISE por considerar que empresas sustentáveis geram maior valor ao longo do tempo por estarem preparadas para enfrentar riscos ambientais. Além disso o ISE deve impactar o nível de evidenciação ambiental pois as empresas que estão na carteira seguem regras de prestação de contas feitas pela BOVESPA (DE SOUZA 2010).

Estudos anteriores verificaram a evidenciação de informações de custos ambientais das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ROVER, BORBA,

BORGERT, 2008; SILVA et al., 2011; LOS,2014). Porém não se tem estudos que mostram a evidenciação dos custos com meio ambiente das empresas que deixam de participar do ISE.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da perspectiva de que as empresas que fizeram parte da carteira ISE independentemente de estarem no ISE se importam com a divulgação de informações ambientais, surge o problema de verificar se a exclusão de uma empresa do índice de sustentabilidade empresarial impacta na evidenciação dos custos ambientais. Frente a necessidade de evidenciação dos custos ambientais o presente estudo busca responder a seguinte questão: Qual impacto da saída do Índice de Sustentabilidade Empresarial para evidenciação dos custos ambientais?

## 1.3 OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo que norteia o presente trabalho é verificar o impacto na evidenciação dos custos ambientais das empresas que deixaram de fazer parte do índice de sustentabilidade ambiental de 2006 até 2014.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

Estudos anteriores verificaram a evidenciação de custos ambientais das empresas que compõem o ISE. (ROVER, BORBA, BORGERT, 2008; SILVA et. al., 2011). A autora Maehara (2013) buscou entender os motivos da saída de empresas do ISE de 2006 até 2012, e chegou à conclusão que o ISE é uma boa ferramenta de medir sustentabilidade das empresas, porém os motivos para saída das empresas algumas vezes são subjetivos.

A presente pesquisa contribui para verificar se as empresas continuam evidenciando os custos ambientais após a saída do ISE ou se exploram a questão da sustentabilidade como meio de se promoverem, haja visto a atenção dada para empresas que se preocupam com sustentabilidade ambiental.

## 1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

A pesquisa será dividida nas seguintes seções: Começando pela introdução, onde tem-se a contextualização do trabalho, a definição do problema, o objetivo e a justificativa. Em seguida tem-se a revisão literária a respeito dos custos ambientais, da evidenciação dos custos ambientais e do índice de sustentabilidade ambiental. Logo após é exposta a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida a análise dos dados coletados e apresentação dos resultados encerrando com a conclusão da pesquisa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CUSTOS AMBIENTAIS**

Furlan (2013) destaca que a contabilidade ambiental, ao criar o conceito de “custo ambiental” inova no cenário político mundial. Para Ribeiro (1998) todos os custos dos recursos aplicados pelas entidades com finalidade de controle, preservação e recuperação ambiental representam os custos ambientais. Rover, Borba e Borgert (2008) mencionam que todos os custos ambientais devem ser relatados e classificados separadamente para que os gestores possam identificar e avaliar o impacto na rentabilidade da empresa. Ribeiro (2005) complementa afirmando que nem todos os custos ambientais podem ser associados ao processo produtivo e também não podem ser determinados com precisão em uma competência. A autora porém afirma que a contabilidade ambiental pode utilizar os mesmos instrumentos de aproximação que a contabilidade geral utiliza.

Com a constante cobrança da sociedade nas empresas, e do aumento de regulamentação ambiental as empresas tem aumentado a divulgação dos custos relacionados a preservação ambiental, redução da poluição, da emissão de resíduos e estudos para redução do impacto dos seus produtos no meio ambiente (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Para Freitas et al., (2010) mensurar os gastos das empresas com o meio ambiente, seja por dificuldade de determinação ou por algumas vezes os gastos serem de natureza intangível, torna-se dificultoso o trabalho de gestão ambiental. Paiva (2003) afirma que a empresa que consegue identificar e controlar seus gastos com meio ambiente certamente obtém um diferencial competitivo. Pois independente de ter ou não gerenciamento dos custos ambientais as empresas possuem esse custo.

Com o aumento da preocupação com questões ambientais no Brasil, Bem e Schneider (2007) realizaram um ensaio teórico da contabilidade ambiental em empresas do Brasil mostrando a entrada dos custos ambientais na estruturação da contabilidade ambiental.

Levantaram que mesmo com a importância do tema, ficou clara a necessidade de estudos abordando a análise dos custos ambientais e sua entrada na contabilidade ambiental nas empresas do Brasil. Observaram também, poucos estudos focados na mensuração dos custos ambientais. Porém para as empresas, conhecer os custos ambientais e como eles se relacionam com os fatores de produção podem contribuir imensamente para a entidade.

Estudo realizado por Rover, Borba e Borgert (2008) buscou identificar as informações referentes a custos e investimentos ambientais e como empresas classificadas no ISE (Índice de sustentabilidade ambiental) evidenciam essas informações.

Posteriormente Silva et al. (2011) utilizou as mesmas categorias propostas por Rover, Borba e Borgert (2008), aplicadas às empresas que fazem parte do ISE de 2009/2010, utilizando relatórios de 2008. O presente trabalho utilizará as categorias de Rover, Borba e Borgert (2008), verificando a evidenciação dos custos ambientais das empresas egressas do ISE de 2005 até 2014.

## 2.2 EVIDENCIAÇÕES DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

No meio empresarial, a imagem da entidade tem se tornado preponderante junto a seus *stakeholders*, as mudanças sociais e ambientais que o mundo empresarial tem passado sinalizam uma necessidade importante de reconhecimento junto à comunidade de ações de transparência nos negócios (CORRÊA et al., 2013).

Nesse sentido, Braga (2007) coloca que a evidenciação é um mecanismo no qual se torna possível fazer análises dos resultados obtidos pela entidade, e para que a informação seja capaz de fornecer subsídios à avaliação dos efeitos ambientais para os grupos interessados. No que tange as informações ambientais Ribeiro (2005) explica que o objetivo da evidenciação é identificar, mensurar e esclarecer eventos e transações econômico-financeiros que tenham relação com a proteção, preservação, e recuperação ambiental em um certo período.

Para Ribeiro (2009), a contabilidade ambiental tem um papel importante na evidenciação das informações a respeito do meio ambiente nos relatórios empresariais. O autor acrescenta que as informações ambientais, já fazem parte do cotidiano das empresas de grande porte no Brasil.

Da Rosa (2010) observou que os critérios e evidenciação ambiental devem ser avaliados de forma personalizada, pois cada empresa tem suas peculiaridades e necessidades diferenciadas de informações ambientais. Rodrigues et al. (2011) expõem que as formas triviais de evidenciação de questões ambientais se têm através de forma complementar ao Balanço

Patrimonial, e a Demonstração de Resultado, o Relatório da Administração, as notas explicativas e os quadros suplementares.

Bem e Schneider (2007) também afirmam que existem muitas formas para evidenciar informações ambientais, seja pelas demonstrações contábeis ou pelo relatório da administração e destacam que independente da forma que a empresa evidencia informações de caráter ambiental às partes interessadas, a contabilidade mostra-se como uma ferramenta de fornecimento de informações bastante consistente, devendo ser estruturada para atender as necessidades da empresa.

Mesmo com os diversos relatórios a disposição das empresas Paiva (2003) chama atenção que os relatórios publicados no Brasil, com pequenas exceções, se apresentam incompletos no que tange questões ambientais.

Para Silva et al. (2011) as pesquisas realizadas para analisar as informações evidenciadas sobre o meio ambiente ganharam espaço nos últimos anos. Entretanto Calixto (2006) observou que há muito a ser desenvolvido sobre a divulgação de informações ambientais.

### 2.3 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

Organizações atentas as tendências mundiais fazem de obrigações um meio de ganhar novos investidores pois segundo Vaz et al. (2008) para captar novos investidores as empresas divulgam informações adicionais com relação a gestão empresarial e ações de responsabilidade social e ambiental.

Inspirada na tendência internacional das Bolsas internacionais a BM&FBOVESPA em conjunto com International Finance Corporation (IFC), Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC); Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) criou um índice composto somente por ações de empresas que se destacam em responsabilidade social e sustentabilidade. Foi criado em 2005 o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). (BOVESPA, 2014)

O objetivo do ISE é ter em sua carteira empresas que se destacam em responsabilidade social, com sustentabilidade no longo prazo, ser referência de credibilidade e principalmente estimular boas práticas sustentáveis (SILVA et al. 2011).

O ISE é composto por até 40 empresas, selecionadas entre as 200 ações mais líquidas da Bovespa. A participação é voluntária e a carteira é revista anualmente (BOVESPA). A seleção para o ISE é feita por meio de questionário e envio de evidências, que posteriormente são avaliados por agências especializadas que validam as informações prestadas pelas entidades (GONÇALVES; PIRANI; BORGER, 2007).

Além estar entre as 200 ações mais líquidas os outros critérios para inclusão no ISE são: ter presença em pregão de 50% no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores; não ser classificada como *penny stock*; atender os critérios de sustentabilidade impostos pelo Conselho Deliberativo do ISE (METODOLOGIA ISE, 2014)

Rover (2009), concluiu que empresas pertencentes ao ISE divulgam mais informações ambientais do que empresas que não pertencem ao índice ao um nível de significância de 5%. Corroborando com Murcia et. al. (2008) que buscaram fatores que influenciam a evidenciação voluntaria ambiental por empresas brasileiras e verificaram que a participação no ISE é significativa para divulgação de informação ambiental.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

O trabalho utilizou uma abordagem descritiva, pois usou o modelo adaptado por Silva et al. (2011) para verificar evidenciação dos custos ambientais. Segundo Trivinões (1987), o estudo descritivo necessita delimitações de técnicas, métodos, modelos e teorias. O procedimento foi caracterizado como uma pesquisa documental pois foi analisado os relatórios da administração e notas explicativas das empresas como fonte de dados. Segundo Beuren (2008), as pesquisas documentais são feitas com materiais que não recebem análise, mas que podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa. É qualitativa pois buscou informações sobre custos ambientais evidenciados em notas explicativas e relatórios da administração das empresas que foram excluídas do índice de sustentabilidade ambiental. Richardson (1989) afirma que a abordagem quantitativa é diferente do qualitativo por não usar nenhum método estatístico como base para análise.

#### **3.2 AMOSTRA**

A amostra escolhida para a pesquisa, foram todas as empresas que saíram do ISE desde a constituição da carteira em 2005 até 2014. Se para fazerem parte de um índice de sustentabilidade as empresas se preocupam com questões ambientais, acredita-se que com a saída elas continuem a divulgar informações referentes a custos ambientais.

### 3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Foi utilizado o modelo de Silva et al. (2011) adaptado de Rover, Borba e Borgert (2008), inicialmente os dados foram coletados nas notas explicativas e os relatórios da administração das 26 (vinte e seis) empresas, excluídas do ISE de 2005 até 2014 listadas no Quadro I a seguir:

Quadro 1: Empresas excluídas ISE de 2005 até 2014

<b>EMPRESA</b>	<b>Ano Saída</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>Ano Saída</b>
ACESITA	2007	IOCHP-MAXION	2009
ALL AMER LAT	2007	LIGHT S/A	2012
AM INOX BR	2008	LOCALIZA	2008
ANHANGUERA	2013	ODONTOPREV	2010
ARACRUZ	2008	PETROBRAS	2009
ARCELOR BR	2007	REDECARD	2013
BELGO MINEIRA	2007	SUZANO PETRO	2009
CELESC	2009	TAM S/A	2008
COPEL	2007	TELEMAR	2014
DASA	2010	ULTRAPAR	2014
ENERGIAS BR	2014	USIMINAS	2011
GOL	2007	V C P	2010
INDS ROMI	2012	VIVO	2012

Fonte: BM&FBOVESPA (2014)

Foram coletados os relatórios do último ano em que a empresa esteve no índice e do ano subsequente da sua exclusão. Após a coleta de dados, foi quantificado os trechos dos relatórios da administração e das notas explicativas para identificar as palavras: custo, meio ambiente, ambiental, sustentabilidade e ecologia.

Em seguida aplicou-se a técnica de análise de conteúdo, para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnica razoavelmente refinadas. Por fim, após análise, os dados foram expostos em quadros, para identificar se houve um aumento ou redução da evidência dos custos ambientais nos

relatórios da administração e nas notas explicativas nas empresas excluídas do índice de sustentabilidade ambiental.

No Quadro 2, ilustra-se o modelo utilizado para analisar a evidenciação dos custos ambientais dos relatórios da administração e das notas explicativas presentes nas demonstrações financeiras das empresas que foram objeto de estudo.

Quadro 2: Estratégias de análise da evidenciação ambiental

<b>Categoria 1: Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais</b>
1.1 – Custos de prevenção de poluição (ar, água e solo)
1.2 – Custos de conservação global ambiental
1.3 – Custos para gestão de resíduos
<b>Categoria 2: Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento</b>
2.1 – Custos com pesquisa e desenvolvimento ou custos para planejar impactos ambientais de produtos
<b>Categoria 3: Custos ambientais em atividades sociais</b>
3.1 – Custos para proteção da natureza, reflorestamento, embelezamento e melhorias para o meio ambiente
3.2 – Custos para distribuição de informações ambientais
3.3 – Custos para contribuição e apoio de grupos ambientais
<b>Categoria 4: Custos correspondentes a danos ambientais</b>
4.1 – Custos com recuperação de contaminação ambiental
4.2 – Custos com indenização e penalidades ambientais

Fonte: Silva et.al (2011) adaptado de Rover, Borba e Borgert (2008)

No modelo utilizado de Silva et al. (2011) adaptado de Rover, Borba e Borgert (2008), tem-se quatro categorias; custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais, custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento, custos ambientais em atividades sociais e custos correspondentes a danos ambientais.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Apresenta-se nesta seção primeiramente a caracterização das empresas que compõem a amostra e em seguida a evidenciação das informações nas empresas que fizeram parte do ISE entre 2005 e 2014, de acordo com a categorização proposta por Rover, Borba e Borgert (2008).

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A AMOSTRA

As empresas analisadas no presente trabalho foram as que deixaram de fazer parte do ISE de 2006 até 2014, excluídas da amostra as empresas que saíram do ISE por motivos de fusão que é o caso da Sadia e Perdigão, as empresas que sofreram incorporação caso da Vivo incorporada pela Telesp e as empresas que retiraram as ações da bolsa como a Redecard. A amostra contém empresas de 13 segmentos diferentes da Bovespa, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Empresas por segmento

<b>Empresa</b>	<b>Segmento</b>	<b>Empresa</b>	<b>Segmento</b>
AM INOX BR	Siderurgia	IOCHP-MAXION	Industria Automotiva
ALL AMER LAT	Transporte	LOCALIZA	Locação
ANHANGUERA	Educação	ODONTOPREV	Serv Méd-Hosp
ARACRUZ	Papel e Celulose	PETROBRAS	Petróleo
CELESC	Energia Elétrica	TAM S/A	Transporte
COPEL	Petroquímica	TELEMAR	Telecomunicações
DASA	Serv Méd-Hosp	ULTRAPAR	Distribuição
GOL	Transporte	USIMINAS	Siderurgia
INDS ROMI	Siderurgia		

Fonte: Dados da Pesquisa

Nota-se que das 17 empresas investigadas apenas os setores de Transporte, Serviço Médico e de Siderurgia são representados por mais de uma companhia. Em seguida encontra-se o setor de Educação, Papel e Celulose, Energia Elétrica, Petroquímica, Serviços Médicos e Hospitalares, Industria Automotiva, Locação, Petróleo, Telecomunicações e Distribuição representados por apenas uma empresa cada.

#### 4.2 EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS PARA CONTROLAR OCORRÊNCIA DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Para analisar a evidenciação dos custos ambientais das empresas da Amostra, usou-se o modelo de Silva et. al (2011) adaptado de Rover, Borba e Borgert (2008). Observando a evidenciação dos custos ambientais das entidades objeto de estudo, verifica-se as 4 categorias propostas, dando início pela Categoria 1 – Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais, de acordo com o Quadro 4 que mostra a quantidade de organizações que evidenciaram os itens referentes a categoria enquanto fazia parte do índice e depois de sua saída.

Quadro 4: Custos dos impactos ambientais evidenciadas pelas empresas excluídas do ISE

Categoria 1: Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais	Nº de empresas que evidenciam no ISE			Nº de empresas que evidenciam após saída do ISE		
	RA	NE	TOTAL	RA	NE	TOTAL
1.1 – Custos de preservação de poluição (Ar, água e solo)	2	0	2	3	0	3
1.2 – Custos de conservação global ambiental	2	1	3	1	1	2
1.3 – Custos para gestão de resíduos	7	0	7	3	0	3

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que a Categoria 1, custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais, evidencia as três subcategorias analisadas, predominam as evidenciações por parte das empresas nos relatórios de administração, em que o item 1.3 – Custos para gestão de resíduos possui maior evidenciação enquanto as empresas estão no ISE e apesar da redução após saída continua sendo o item com maior evidenciação. O item 1.1 – Custos de preservação de poluição houve um aumento na divulgação após a saída com a empresa ArcelorMittal Inox Brasil S.A. passou a divulgar custos de preservação da água, reaproveitando 95% da água utilizada em sua atividade. O único item que teve divulgação em notas explicativas foi o 1.2 – Custos de conservação global ambiental.

Na categoria custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais, das 17 Entidades investigadas, 11 evidenciaram os custos da categoria enquanto faziam parte do ISE representando um total de 61% da amostra, após a saída esse percentual caiu para 39% totalizando 7 empresas.

#### 4.3 EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS DE CONSERVAÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Usou-se também o modelo de Rover, Borba e Borgert (2008), para verificar a evidenciação dos custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento. O resultado quanto a Categoria 2 encontra-se no quadro 5.

Quadro 5: Custos de conservação em P&amp;D evidenciadas pelas empresas excluídas do ISE

Categoria 2: Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento	Nº de empresas que evidenciam no ISE			Nº de empresas que evidenciam após saída do ISE		
	RA	NE	TOTAL	RA	NE	TOTAL
2.1 - Custos com pesquisa e desenvolvimento ou custos para planejar impactos ambientais de produtos	4	0	4	4	0	4

Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere ao custo de conservação em pesquisa e desenvolvimento, as empresas que já fizeram parte do ISE evidenciam pouco este item, pesquisas que analisaram carteiras inteiras do índice chegaram a mesma conclusão referente ao baixo nível de evidenciação das empresas do ISE como a de Silva et al. (2011) e Rover, Borba e Borgert (2008).

Para exemplificar informações divulgadas a respeito categoria 2 – Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento, regata-se a evidenciação da Petrobras no Relatório da Administração de 2007.

A redução da emissão de gases que acentuam o efeito estufa é prioridade. A carteira de projetos em pesquisa e desenvolvimento na área de emissões chega a US\$ 20 milhões por ano, incluindo tecnologias para captura e armazenamento de carbono, eficiência energética, hidrogênio e energias renováveis. (Relatório da Administração 2007, Petrobras).

Com o exemplo da Petrobras nota-se a preocupação das empresas em não só preservar, mas através de pesquisa e desenvolvimento reduzir o impacto de suas atividades no meio ambiente. Silva et al. (2011) destaca a importância da pesquisa para conservação do meio ambiente frente as exigências da sociedade para a responsabilidade das empresas com meio ambiente.

#### 4.4 EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS EM ATIVIDADES SOCIAIS

Outra categoria identificada nas empresas que fizeram parte do ISE, foram os custos ambientais em atividades sociais nas quais estão representadas no quadro 6.

Quadro 6: Custos ambientais em atividades sociais

Categoria 3: Custos ambientais em atividades sociais	Nº de empresas que evidenciam no ISE			Nº de empresas que evidenciam após saída do ISE		
	RA	NE	TOTAL	RA	NE	TOTAL
3.1 - Custos para proteção da natureza, reflorestamento, embelezamento e melhorias para o meio ambiente	3	0	0	1	0	0
3.2 - Custos para distribuição de informações ambientais	4	0	0	4	0	0
3.3 - Custos para contribuição e apoio de grupos ambientais	4	0	0	3	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na categoria 3, custos ambientais em atividades sociais, nota-se que as empresas divulgam poucas informações e após a saída do ISE o número de divulgação diminui ainda mais após a saída da carteira. O item 3.2 – Custos para distribuição de informações ambientais é o único que se mantém em mesma quantidade após saída do ISE das entidades, corroborando

com o estudo de Rover, Borba e Borgert (2008). E divergindo de Silva et. al. (2011) que quando aplicou as categorias em uma carteira do ISE evidenciou o item 3.1 – Custos para proteção da natureza, reflorestamento, embelezamento e melhorias para o meio ambiente. Silva et. al. (2011) observa que o baixo nível de evidenciação de custos com atividades sociais se dá devido não existir questões compulsórias, o que em outras categorias existem obrigações compulsórias que obrigam as empresas a divulgarem mais do que no presente item.

Destaca-se da Categoria 3 a evidenciação da Copesul que mesmo após saída do ISE continuou evidenciando o custo para proteção da natureza, reflorestamento, embelezamento e melhorias para o meio ambiente.

A Copesul mantém o Parque Copesul de Proteção Ambiental, uma área de 68 hectares localizada junto à Empresa. Em 2005 foram registradas 19 novas espécies no local, totalizando 2.453 espécies identificadas de flora e fauna. Aberto à comunidade, o Parque recebeu mais de 15.000 pessoas ao longo do ano, sobretudo estudantes. (Relatório da Administração 2005, Copesul).

A Copesul investe proteção da natureza, reflorestamento, embelezamento e melhorias para o meio ambiente com a manutenção do parque. Além de embelezar e proteger o meio ambiente leva a milhares de pessoas o contato direto com a natureza.

#### 4.5 EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS CORRESPONDENTES A DANOS AMBIENTAIS

A evidenciação dos custos correspondentes aos danos ambientais pelas empresas que fizeram parte do ISE foi verificada através dos relatórios da administração e das notas explicativas. No quadro 7 apresentam-se as evidenciações referentes aos custos correspondentes a danos ambientais.

Quadro 7: Custos de danos ambientais evidenciadas pelas empresas que saíram do ISE

<b>Categoria 4: Custos correspondentes a danos ambientais</b>	<b>Nº de empresas que evidenciam no ISE</b>			<b>Nº de empresas que evidenciam após saída do ISE</b>		
	<b>RA</b>	<b>NE</b>	<b>TOTAL</b>	<b>RA</b>	<b>NE</b>	<b>TOTAL</b>
4.1 - Custos com recuperação de contaminação ambiental	0	2	2	0	2	2
4.2 – Custos com indenizações e penalidades ambientais	0	2	2	0	2	2

Fonte: Dados da pesquisa

Neste item, nota-se a evidenciação somente em notas explicativas e apenas de duas empresas da amostra de 17, corroborando com o trabalho de Silva et. al (2011) que menos de 12% da amostra evidenciava custos referente a categoria custos correspondentes a danos

ambientais. A empresa Amércia Latina Logística S.A. divulgou em suas notas explicativas contingências ambientais conforme texto extraído das notas abaixo.

ALL Brasil são no valor de R\$ 3.547; Ferroban, de R\$ 10.265; da Ferronorte, de R\$ 3.188; da Novoeste, de R\$ 282; e da Portofer, de R\$ 20,8, perfazendo um total de R\$ 17.330. Tais valores decorrem de autuações feitas pela FEPAM (RS), CETESB (SP) e IBAMA, em sua grande maioria, em razão de implantação/ampliação de pátios ferroviários sem a respectiva licença ambiental, contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todas as situações, as empresas envolvidas estão firmando Termos de Ajustamento de Conduta, com a finalidade de redução das penalidades aplicadas em 90%, conforme previsão legal, bem como adotando todas as medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente. A provisão para a área ambiental está contabilizada juntamente com a provisão cível das concessionárias, em montante equivalente a 10% do valor dos autos de infração. (Notas explicativas All América Br, 2006)

Evidencia-se que as empresas evidenciam informações referentes a custos com indenizações e penalidades ambientais, que são custos referentes a possíveis irregularidades. Entende-se que as informações referentes a categoria 4 são pouco evidenciadas devido a maioria das informações serem referentes a irregularidades cometidas pelas empresas que resultam em futuros desembolsos para recuperação dos danos ambientais causados.

#### 4.6 SINTESE DAS CATEGORIAS ANALISADAS

Nas informações das empresas que fizeram parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial, identificou-se quatro categorias de acordo com o modelo proposto por Rover, Borba e Borgert (2008). O quadro 8 permite comparar as categorias verificadas enquanto as empresas faziam parte do índice.

Quadro 8: Categorias verificadas das empresas enquanto faziam parte do ISE

Categorias analisadas	Itens evidenciados			Total de empresas	
	RA	NE	TOTAL	Quant.	%
Categoria 1: Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais	9	1	10	6	35%
Categoria 2: Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento	4	0	4	4	23%
Categoria 3: Custos ambientais em atividades sociais	10	0	10	6	35%
Categoria 4: Custos correspondentes a danos ambientais	1	3	4	4	23%
Total:	24	4	28	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que a categoria 1 – Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais juntamente com a categoria 3 – Custos ambientais em atividades sociais sendo as

categorias mais evidenciadas pelas empresas enquanto faziam parte o ISE, representando um total de 35% da amostra em cada categoria. As categorias 2 – Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento e 4 – Custos correspondentes a danos ambientais foram evidenciadas por 23% das empresas da amostra enquanto faziam parte da carteira.

Observa-se que das 4 categorias e das 9 subcategorias esperava-se o número máximo de 306 observações visto que a amostra contém 17 notas explicativas e 17 relatórios da administração no período que as empresas faziam parte da carteira. A pesquisa identificou 28 observações representando apenas 9% do total possível de evidenciação dos custos ambientais das empresas enquanto faziam parte do ISE.

Quando Silva et. al. (2011) aplicou as categorias de Rover, Borba e Borgert (2008), em uma carteira do ISE, chegou-se ao mesmo percentual de evidenciação que a presente pesquisa. Mostrando o baixo nível de evidenciação das empresas referentes aos custos ambientais. Corroborando com os estudos de Leite, Ribeiro e Pacheco (2007) que observaram que a evidenciação dos passivos ambientais e interações com meio ambiente nos relatórios de administração e notas explicativas é apresentado com poucos detalhes e pequeno grau de evidenciação.

Identificou-se também as 4 categorias nas empresas analisadas após a saída do Índice de Sustentabilidade Empresarial. O Quadro 9 permite comparar as categorias verificadas após a saída o ISE.

Quadro 9: Categorias verificadas das empresas após saída do ISE

Categorias analisadas	Itens evidenciados			Total de empresas	
	RA	NE	TOTAL	Quant.	%
Categoria 1: Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais	9	1	10	6	35%
Categoria 2: Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento	4	0	4	4	23%
Categoria 3: Custos ambientais em atividades sociais	9	0	9	6	35%
Categoria 4: Custos correspondentes a danos ambientais	1	3	4	4	23%
Total:	23	4	27	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Comparando o Quadro 8 com o Quadro 9 nota-se que praticamente não houve alteração no nível de evidenciação das empresas após a saída do ISE. Apenas na Categoria 1 – Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais, a Celesc deixou de evidenciar o item 1.2 – Custos de conservação global ambiental.

#### 4.7 EMPRESAS QUE EVIDENCIARAM CUSTOS AMBIENTAIS

No Quadro 10 tem-se as empresas que fizeram parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial e quais evidenciaram pelo menos uma das subcategorias analisadas em notas explicativas ou nos relatórios da administração enquanto faziam parte do ISE e após a saída do índice.

Quadro 10: Empresas que evidenciaram custos ambientais

Empresa	Segmento	Custos Ambientais no ISE	Custos Ambientais fora do ISE
AM INOX BR	Siderurgia	SIM	SIM
ALL AMER LAT	Transporte	SIM	SIM
ANHANGUERA	Educação		
ARACRUZ	Papel e Celulose	SIM	SIM
CELESC	Energia Elétrica	SIM	SIM
COPEL	Petroquímica	SIM	SIM
DASA	Serv Méd-Hosp		
GOL	Transporte		
INDS ROMI	Siderurgia		
IOCHP-MAXION	Indústria Automotiva		
LOCALIZA	Locação		
ODONTOPREV	Serv Méd-Hosp		
PETROBRAS	Petróleo	SIM	SIM
TAM S/A	Transporte	SIM	
TELEMAR	Telecomunicações		
ULTRAPAR	Distribuição	SIM	SIM
USIMINAS	Siderurgia	SIM	SIM

Fonte: Dados da pesquisa

Das 17 empresas analisadas, 8 após saída continuam evidenciando algum tipo de informação de custo ambiental, praticamente a metade da amostra. Corroborando com os resultados encontrados por Silva et. al. (2011) que constataram que 55% das empresas do ISE divulgam informação de custo ambiental. Nos resultados de Rover, Borba e Borgert (2008) o percentual cai para 38% o número de empresas do ISE evidenciam custos ambientais. Apesar da maioria das empresas do ISE ou que fizeram parte do índice evidenciarem custos relacionados com questões ambientais, a quantidade de informação é pouca, principalmente pelo fato da divulgação ser predominantemente voluntária. Mais de 80% da divulgação dos custos ambientais se dá em relatórios da administração nos capítulos que tratam do Desempenho Socioambiental.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo verificar o impacto na evidenciação das informações relacionadas aos custos ambientais das empresas em função da saída do Índice de Sustentabilidade Empresarial de 2005 até 2014. Para realizar o trabalho aplicou-se o Modelo de elaborado por Rover, Borba e Borgert (2008), adaptado por (SILVA et. al. 2011). Assim foi possível identificar informações sobre custos ambientais nos relatórios da administração e notas explicativas das empresas no último ano em que fizeram parte da carteira e do ano de sua saída.

Fizeram parte da amostra 17 empresas, de 13 setores da economia. Das empresas que deixaram de fazer parte do ISE, a maioria é do serviço de transporte e não pode-se inferir nenhum motivo pelo qual a maioria são empresas de transporte.

Das empresas que deixaram a carteira ISE, 35% evidenciaram custos relacionados a categoria 1 – Custos Ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais ou categoria 3 – Custos ambientais em atividades sociais. Nota-se que mais de 80% da evidenciação de custos relacionados ao meio ambiente é feita pelo relatório da administração, gerando uma limitação referente a confiabilidade dos dados expostos, haja visto que os relatórios de administração não são auditados e são de inteira responsabilidade da Administração das Entidades. As poucas evidenciações em nota explicativa se deram nas notas de Provisões e foram na Categoria 4 – Custos correspondentes a danos ambientais, pode-se inferir que não é de interesse das empresas divulgar custos ambientais referentes penalidades sofridas seja em caráter indenizatório ou de recuperação do meio ambiente. Entende-se que só estão sendo evidenciados itens obrigatórios a respeito da Categoria 4.

Por meio da análise de conteúdo, verificou-se que a possibilidade máxima de evidenciação de custos ambientais seria de 306 observações, o estudo identificou 28 observações enquanto as empresas estavam no ISE e 27 após saída do índice, correspondendo a 9% do total possível. Apenas uma empresa deixou de evidenciar seus custos ambientais de acordo com o Modelo de Rover, Borba e Borgert (2008) adaptado por Silva et. al. (2011).

Nesse sentido conclui-se que a saída das empresas do ISE não interfere no nível de evidenciação dos custos ambientais, que já são baixos pelo fato das informações serem predominantemente voluntárias. Ribeiro (2009) identificou que países que possuem maior regulamentação ambiental tendem a divulgar níveis altíssimos de informações obrigatórias e divulgam pouco informações voluntárias. As observações desta pesquisa corroboram com as observações de Silva et. al. (2011), no sentido de que no modelo utilizado existe pouca evidenciação dos itens propostos pelo modelo.

Sugere-se para futuras pesquisas aplicação do modelo de Silva et. al. (2011) adaptado de Rover, Borba e Borgert (2008), nas empresas que não fizeram parte do ISE adicionando a amostra relatório de sustentabilidade e outros que possam conter informações ambientais.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, et al. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BM&FBOVESPA). Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br>. Acesso em: 05 de novembro de 2014.

BRAGA, C. (Org.). **Contabilidade Ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras—de 1997 a 2005. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 10, n. 1, 2009.

CORRÊA, R. et al. Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa. **Sociedade, Contabilidade E Gestão**, v. 7, n. 2, 2013.

DA ROSA, F. S. et al. Evidenciação ambiental (EA): contribuição da metodologia multicritério para identificação dos aspectos financeiros para a gestão ambiental. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 4, p. 27-61, 2011.

DE SOUZA, M. A.; RÁSIA, K. A.; DA SILVA JACQUES, Flávia Verônica. EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS PELAS EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL-ISE. *Revista Contabilidade e Controladoria*, v. 2, n. 1, 2010.

FLICK, U. (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995).

FREITAS, J. et al. Proposta de uma metodologia para mensuração dos custos ambientais e sua consideração como ferramenta de apoio gerencial. **Revista CIATEC – UPF**, vol.2 (2), p.p.62-72, 2010

FURLAN, R. C. Contabilidade Ambiental E Sua Obrigatoriedade: Uma Abordagem No Estado De Roraima. **Examãpaku**, v. 5, n. 1, 2013.

GONÇALVES, R. C. M. G., Pirani, D. C. & Borger, F. G. (2007). **Qualidade das Informações sobre Responsabilidade Social Divulgadas pelos Bancos Privados com Ações Listadas no**

**Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa.** Anais do Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.

LEITE, R. M.; RIBEIRO, R. RM; PACHECO, V.. **Evidenciação do passivo ambiental e interação das empresas com o meio ambiente.** In: Congresso Anpcont. 2007.

LOS, G. Z. et al. **Evidenciação Socioambiental: Um Estudo Nas Empresas Listadas No Índice De Sustentabilidade Empresarial (Ise) Da Bm&Fbovespa.** IN. XVII Seminários em Administração (Semead) 2014.

MAEHARA, L. M.; KASSAI, J. R. **Análise das empresas excluídas da carteira ISE no período de 2005 a 2012.** In: 13º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2013, São Paulo. Desafios e Tendências da Normatização Contábil. São Paulo: FEA USP, 2013. v. 1. p. 1-15.

MURCIA, F.D.; ROVER, S.; SANTOS, A. dos; BORBA, J.A. **Determinants of corporate environmental reporting in Brazil: the case of industries sensitive to the environment.** In: NORTH AMERICAN CONGRESS ON SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ACCOUNTING RESEARCH (CSEAR), 2008, Montreal. Proceedings... Montreal: CSEAR, 2008

PAIVA, P. R. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Atlas. 2003

RIBEIRO, A. M. **Evidenciação ambiental: uma investigação transnacional dos reflexos de diferentes marcos regulatórios sobre as práticas de evidenciação ambiental das empresas do setor de petróleo e gás natural.** 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis.

RIBEIRO, M. de S. **O Custeio por Atividades Aplicado ao Tratamento Contábil dos Gastos de Natureza Ambiental.** Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v.10, n.19, p.82-91, set/dez 1998.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva: 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, J. M.; MACHADO, D. G.; CRUZ, A. P. C. da. **Evidenciação de Custos Ambientais em Empresas do Segmento de Adubos e Fertilizantes.** 2011.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; BORGERT, A. Como as Empresas Classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Evidenciam os Custos e Investimentos Ambientais? **Revista de Custos e @gronegocio online**. v.4, n.1 – jan/abr – 2008.

ROVER, S. et al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. In: Congresso Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. 2009. p. 2009.

SILVA, J. O. et al. Evidenciação dos custos ambientais nas empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 7, n. 14, p. 159-182, jan. 2011. ISSN 2175-8069.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VAZ, A. C. et al. Análise comparativa sobre informações voluntárias divulgadas: o social disclosure das empresas latinoamericanas listadas na Nyse. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 4, n. 1, p. 38-59, 2010.